

Corte de verbas prejudica metrô

BANCADA DISTRITAL NA CÂMARA QUER REVER A DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL PARA 2002. REDUÇÃO DE R\$ 57,4 MILHÕES PODE ATINGIR TAMBÉM A SEGURANÇA

Ana Cristina Vilela

O metrô do DF pode ficar mais um ano sem verba do governo federal. Os R\$ 50 milhões que seriam repassados em 2001 não saíram e os R\$ 30,8 milhões deste ano já estão contingenciados – ou seja, limitados. E o pior: a zero. Os R\$ 22 milhões que seriam destinados à segurança, especificamente para o Corpo de Bombeiros, também correm risco de não ser liberados.

Ontem, parte da bancada do Distrito Federal no Congresso esteve reunida para discutir o Decreto número 4120, de 7/02/2002, do governo federal, que trata da compatibilização entre receita e despesas. Por meio deste decreto, o governo limitou o repasse de verba para todo o Brasil e em todos os setores, da educação à segurança – em um total de R\$ 13,1 bilhões. O valor caiu de R\$ 61,7 bilhões para R\$ 48,6 bilhões. Um corte de 21,27%.

O Distrito Federal já tem R\$ 57.477 milhões comprometidos. Isso representa 60,54% da transferência de receita (por meio do Ministério da Fazenda) à capital do país para este ano. Para os parlamentares, as restrições podem ser ainda maiores. Eles analisam que, se em 2001 apenas 50% do repasse foi entregue – quando sequer havia decreto –, este ano os cortes possam ser superiores.

Na reunião de ontem, a decisão foi de, inicialmente, procurar o secretário da Fazenda do



Representantes do governo e da oposição se uniram para tentar reverter o quadro

Distrito Federal, Valdivino José de Oliveira. O objetivo é o de saber o que o GDF pretende fazer para sanar o problema.

Em seguida, será agendado um encontro com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Segundo o deputado Alberto Fraga (PMDB), há dois anos foi feita uma tentativa como esta, e o resultado foi positivo. Para o deputado Agnelo Queiroz (PCdoB), o contingenciamento não representa corte certo, mas, sim,

“um aumento significativo nas possibilidades”.

Nas demais áreas, o que há é uma expectativa quanto ao que pode vir a acontecer. O corte nacional para a área de desenvolvimento urbano foi de 96,15% – saindo de R\$ 1,272 bilhões para R\$ 48,8 milhões. Com isso, os R\$ 15,5 milhões para infra-estrutura no DF e no Entorno estão mais do que comprometidos. “A possibilidade de contingenciamento pode atingir, e muito, o DF”, ex-

plicou o coordenador da bancada na Câmara, Pedro Celso (PT).

As restrições nacionais nas áreas de transporte, integração nacional e turismo também foram grandes: 47,94%, 76,50% e 75,10% respectivamente. O que também coloca em risco os projetos na capital brasileira. A ampliação da Papuda, custeada em R\$ 26,4 milhões, não corre tanto perigo. A verba do Ministério da Justiça foi limitada apenas em 4,21%.

Também podem sair ilesas

as obras de construção de áreas materno-infantis dos hospitais de Sobradinho, Taguatinga e Ceilândia, reforma do Hospital Universitário de Brasília (HUB) e do Hospital Sara Kubitschek, orçados em R\$ 26,4 milhões. O provável corte do Ministério da Saúde será de 4,21%. O valor total de emenda de bancada deste ano para o DF foi de R\$ 180 milhões. A prioridade da bancada, que tentará reverter as restrições, é manter, ao menos, a verba para a segurança.

Renato Alves